INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: A formação dos professores

Ieda M. S. Kawashita, Letícia Mara Silva, Giordano O. M. Clemente, Ana Flávia L. Oliveira

RESUMO

Este estudo foi realizado partir de um trabalho da disciplina Introdução à Educação Física Adaptada - EFA realizados pelos alunos. Nosso objetivo é descrever e analisar se a disciplina de EFA contribui de forma significativa para a formação dos graduandos em Educação Física - EF e para a inclusão das pessoas com deficiência - PCD nas aulas de educação física escolar. Foram entrevistados 53 professores de EF, onde concluímos que a formação destes profissionais fica a desejar, mas que os mesmos compreendem o direito a inclusão das PCD.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é tema constante nas escolas, gestores, professores, pais, alunos e alunos com deficiência dividem opiniões sobre o que é inclusão é como ela deve acontecer. Muitos ainda não têm claro o que é a inclusão e como proceder para que a mesma aconteça.

Este trabalho tem como objetivo descrever e analisar se a disciplina de Educação Física Adaptada - EFA contribui de forma significativa para a formação dos graduandos em Educação Física para a inclusão das PDC, em trabalho realizado por alunos do curso de Licenciatura de Educação Física do IFSULDEMINAS Campus Muzambinho na disciplina Introdução a Educação Física Adaptada no primeiro semestre de 2014.

O Brasil possui uma legislação vasta em relação ao tema direito à educação e inclusão, desde a Constituição Federal (1988), a Lei nº9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu título V, Capítulo V, art. 58, descreve como deve ser a Educação Especial, conferindo-lhe status de modalidade

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Muzambinho. Muzambinho/MG, email:ieda.kawashita@muz.ifsuldeminas.edu.br;

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Muzambinho. Muzambinho/MG, email: leticiamara.muz@gmail.com

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Muzambinho. Muzambinho/MG, email: giordano.clemente.1992@gmail.com

⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Muzambinho. Muzambinho/MG; email: aninhalima_oliveira@hotmail.com

de ensino que perpassa as demais modalidades, assegurando aos alunos com deficiência assegurando aos alunos com deficiência, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 1996).

Henedero (2010) compreende que esta lei responsabiliza o Estado pela definição, elaboração, implementação das políticas públicas relativas à educação inclusiva. Concretizando com a Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial – MEC - Brasília – DF (BRASIL, 2001a) que institui As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica no Brasil.

Freitas e Cidade (2009) enfatizam que para inclusão educacional a escola deve se tornar um local de reflexão e debate,

A ideia remete as dimensões físicas e atitudinais que permeiam a área escolar, onde diversos elementos com a arquitetura, engenharia, transporte, acesso, experiências, conhecimento, sentimentos, comportamentos, valores, etc. Coexistem formando este lócus, extremamente complexo.(Freitas e Cidade, 2009, pg 47)

Falkenbach (2010), discutindo o estudo de Duarte e Santos (2005), observa que a ação inclusiva na área de educação física é para além do simples desenvolvimento de atividades físicas e ressalta o papel do professor de educação física que é o de colaborar com a formação cidadã, cuja ação educativa é permitir a aprendizagem e avanços nas capacidades de adaptação da criança e suas vivências na cultura corporal do movimento.

Nesta perspectiva o papel do professor de educação física é fundamental para a inclusão, pois o mesmo pode auxiliar a inclusão das PCD no meio escolar promovendo a acessibilidade e rompendo as barreiras atitudinal, comunicacional, metodológica, programática (SASSAKI, 2010).

Na sua formação o professor de educação física tem a disciplina de Educação Física Adaptada - EFA, normatizada pela Resolução 03/87 (BRASIL, 1987a) e o Parecer 215/87 (BRASIL, 1987b), mais precisamente no parágrafo IV e artigo VI que justificam a necessidade de formação de docentes de Educação Física habilitados para trabalhar com este grupo de pessoas.

MATERIAL E MÉTODO

Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo descritivo, que teve como material questionário criado para um trabalho avaliativo na disciplina de Introdução a Educação Física Adaptada. Participaram desta pesquisa professores de educação física de diversos municípios dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que os questionários foram aplicados pelos alunos de Licenciatura de Educação Física do IFSULDEMINAS Campus Muzambinho no primeiro semestre de 2014 como trabalho avaliativo. Foram respondidos um total de 53 questionários de professores de escolas públicas, particular e de APAEs, nos níveis de ensino infantil, fundamental I, fundamental II, médio e EJA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No questionário a primeira pergunta foi o grau de instrução e se era escola pública ou particular (tabela 1),

Grau de instrução	Graduando	Graduado	Pós-graduação	IES Público	IES Privado
	5 - 8%	44 - 83%	5 - 8%	13 - 24,5%	40 - 75,5%

Tabela 1 – Grau de instrução/ instituição

Pela tabela 1 verificamos que 91% dos professores entrevistados tem formação superior completa em Educação Física e apenas 8% ainda estão estudando.

As perguntas 2, 3 e 4 foram para identificar em que tipo de escola trabalha, em que nível de ensino e qual o tempo de atuação no magistério que ficou em média de 8,6 anos. (tabela 2)

Escola Pública	Escola Particular	Escola Especial	Ensino Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Escola Especial
35 - 66%	16 - 30%	2 - 4%	9	42	20	2	4

Tabela 2 – Tipos de escola/ nível de ensino

Observamos que a maioria dos professores entrevistados atuam em escolas públicas no ensino fundamental, o que é coerente com a nossa realidade se verificarmos os números de matrículas. A obrigatoriedade de ensino é de 4 a 17 anos, foi alterada por meio da Lei nº12.796, de 4 de abril de 2013 que vai refletir nas escolas daqui a alguns anos, uma vez que os municípios e o estado tem até 2016 para garantirem a inclusão destas crianças nas escolas públicas.

Nas perguntas 5 e 6 foram questionados se os professores tinham PCD nas suas escolas e o tipo de deficiência. (tabela 3)

Alunos com deficiência - sim	Alunos com deficiência - não	Tipo de deficiência					
		Intelectual	Física	Auditiva	Visual	Múltipla	Autismo
38 - 71%	15 - 28%	15	10	4	2	3	6

Tabela 3 – Alunos deficiência/ tipos de deficiência

Observamos que a maioria dos professores tem pessoas com deficiência 71% e são encontradas diversas deficiências com o predomínio da deficiência intelectual. Estes dados vão de encontro com os dados apresentados pelo Censo Escolar Educação Básica 2011 - Resumo Técnico (BRASIL, 2012) que mostra as matrículas na educação básica, por modalidade e etapa de ensino, em educação especial, aumentaram em 15,3% para alunos matriculados com deficiência na escola regular e diminuíram em -11,2% nas classes e escolas especiais, o que indica a migração das PCD para as escolas regulares ou seja a efetivação da inclusão. Oito professores não especificaram o tipo de deficiência atendem em suas escolas.

A pergunta 7 diz respeito a formação do professor, se na sua graduação tiveram a disciplina de Educação Física Adaptada. (tabela 4)

Cursaram a disciplina de EFA	Sim	Não	Não mas buscaram cursos
	33 - 62,3%	18 - 34%	2 - 3,7%

Tabela 4 – Cursaram disciplina de EFA

A disciplina de Educação Física Adaptada foi normatizada nos cursos superiores de Educação Física Licenciatura e Bacharel de 1987, podendo a princípio ser oferecidas em suas grades curriculares pelo menos uma disciplina que abordasse a questão da pessoa com necessidades especiais ou esta disciplina inicialmente poderia aparecer nas grades curriculares de maneira obrigatória ou optativa. (GOMES e DUARTE, 2009). Observamos que a maioria 62,3% tiveram a disciplina de EFA, entretanto existe uma incoerência nos questionários, pois verificamos que alunos recém formados, 7 professores ou seja 13,20, (entre 1 ano a 6 anos,) respondem que não tiveram esta disciplina na sua graduação. Nossos dados são corroborados pela pesquisa, A Formação do Professor de Educação Física na Atuação Profissional Inclusiva de Nascimento, Rodrigues, Grillo e Merida

(2007) que apenas 30% dos sujeitos não possuíram uma disciplina direcionada à EFA em sua grade curricular.

As perguntas 8 e 9 diziam respeito se os professores acreditavam que pessoas com deficiência - PCD deveriam freqüentar a escola regular e se eles se sentiam aptos trabalharem com pessoas com deficiência. (tabela 5)

PCD nas escolas		Aptos a atuar com PCD	
sim	não	sim	não
48 - 90,5%	5 - 9,5%	28 - 52,8%	24 - 45,2%

Tabela 5 – PCD na escolas/ Aptos a atuar com PCD

As respostas apresentadas indicam que os professores compreendem que a inclusão é um direito da PCD, mas muitos que afirmam este direito colocam alguma ressalva, como: apoio da escola, profissionais capacitados, depende do tipo de deficiência, entre outros. Observamos que não se sentem aptos a atuar com este público, segundo Gomes e Duarte (2009), a disciplina de EFA não contempla a realidade das PCD na escola e na educação física e enfatizam que o currículo no ensino superior deve ser mais flexível para que os discentes do curso de Educação Física percebam as culturas que envolvem todas essas perspectivas inclusivas. Os conteúdos da disciplina EFA são importantes, entretanto segundo Nascimento, Rodrigues, Grillo e Merida (2007) ele não são vivenciados pelos graduandos do curso o que faz com que o futuro professor tenha insegurança na hora de sua prática.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos os dados dos questionários verificamos que a as aulas educação física estão sendo ministradas por profissionais graduados, na sua maioria, que os mesmos lecionam no ensino fundamental e em escolas públicas.

A inclusão se faz presente nas escolas abrangendo todas as deficiências e os professores compreendem o direito das PDC estarem na escola.

A formação acadêmica contempla parcialmente as necessidades práticas do dia a dia da docência, pois metade dos entrevistados não se sentem preparados para atuarem junto as PCD nas aulas de educação física.

Novos estudos devem ser realizados para verificarmos como a disciplina de EFA pode contribuir de fato para a formação integral do discente, para que o mesmo possa atender a este público da com a qualidade que eles merecem.

Referência Bibliográfica

BRASIL, Censo Escolar Educação Básica 2011 Resumo Técnico, 2012 disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf. Acesso em 21/05/2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 03**, de 16 de junho de 1987a. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/1990/Res0387-cfe.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n. 215**, de 11 de março de 1987b. Dispõe sobre a reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdo. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/juris/mostra_lei.asp?ID=59>. Acesso em: 29 jun. 2014.

BRASIL. Diário Oficial Presidência da República Casa Civil- Subchefia para Assuntos Jurídicos - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em 23/08/2014

CIDADE, R. E. A., FREITAS, P. S., Introdução à Educação Física Adpatada para Pessoa com Deficiência - Curitiba - Editora da UFPR - 2009

FALKENBACH, Atos P. (org), Inclusão: perspectiva para as áreas da Educação Física, Saúde e Educação, Jundáí – São Paulo - 2010

GOMES, M. N., DUARTE E. Educação Especial nos cursos de graduação/licenciatura em Educação Física: opiniões dos acadêmicos. V Congresso Multi disciplinar de Educação Física – Londrina Paraná – 2009.
<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/153.pdf>. Acesso em 21/05/2014.

HENERO, E. S., A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações, curriculares, Revista Acta Scientiarum. Education, v.36, n2, 2010 disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/viewArticle/9772>, Acesso em 18/06/2014.

NASCIMENTO, K. P., RODRIGUES, G. M., GRILLO, D. E., MERIDA, M. A formação do professor de educação física na atuação profissional inclusiva, Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte – 2007, 6 (3): 53-58 disponível em : <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/index> Acesso em 21/05/2014.

SASSAKI, Romeu K., Inclusão construindo uma sociedade para todos, Rio de Janeiro, WVA, 8ª edição, 2010